

## ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA

Por um anno ..... 12\$000  
 Por seis mezes ..... 6\$600  
 Por tres mezes ..... 3\$600

Comunicados e correspondencias,  
 por linha ..... 5060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

## ASSIGNATURAS

SEM ESTAMPILHA

Por um anno ..... 10\$000  
 Por seis mezes ..... 5\$600  
 Por tres mezes ..... 3\$000

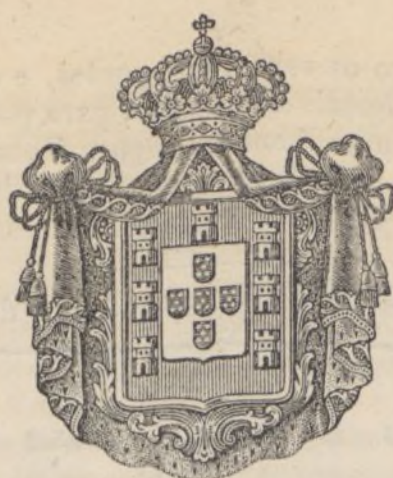
Avulso por folha ..... 5040  
 Annuncios, por linha ..... 5060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do Diario de Lisboa, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o Diario de Lisboa.

Annunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ



As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes: Com estampilha ..... 3\$600 réis Sem estampilha ..... 3\$000 "

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Na referida loja acham-se á venda colleções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de 1833 até 1859, pelo preço de 3\$000 réis por colleção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

3.ª Repartição

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 7 do corrente mez, perante os commissarios dos estudos dos respectivos districtos, as cadeiras de instrução primaria (1.ª grau) do extincto Coito de Freizir, no districto de Braga; Corte do Pinto, aldeia de S. Luiz, e Sorpa, no de Beja; e S. Marcos de Campo, no de Evora; com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipaes respectivas.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, 2 de abril de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

2.ª Repartição

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o officio de 7 do corrente, do procurador regio junto da relação do Porto, no qual este magistrado, ponderando o mau estado em que se acha a policia da cadeia da relação da mesma cidade, indica a necessidade de se adoptar n'aquella cadeia o mesmo systema de direcção seguido na cadeia d'esta cidade de Lisboa; bem como a da mudança de presos de umas para outras prisões: o mesmo augusto senhor manda declarar ao dito magistrado que o regulamento de 16 de janeiro de 1843, que ainda hoje é seguido na cadeia de Lisboa, foi igualmente mandado pôr em execução na cadeia da relação do Porto pela portaria circular de 15 de abril do mesmo anno. N'estes termos deve o mesmo magistrado fazer-lhe observar tão exactamente, quanto seja possível, nas condições em que se acha a referida cadeia, bem como considerar-se autorisado para, nos termos dos artigos 3.º e 37.º § 2.º do referido regulamento, fazer proceder ás mudanças de presos que devem ter lugar de umas para outras prisões.

Paço, em 13 de março de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Tendo sido presente a Sua Magestade El-Rei o officio do conselheiro vice-presidente da relação do Porto, de 15 do corrente mez, remetendo outro de 12 do juiz de direito da comarca de Santa Combação, no qual este magistrado dá conta de que, tendo na correição, que fez á cadeia de S. João de Areias, tido conhecimento da existência de algumas posturas da camara municipal d'aquella concelho, por effeito das quaes obrigava os presos que entravam na cadeia ao pagamento de 1\$000 réis, estando presos até oito dias, e de 2\$000 réis estando presos por mais tempo, ordenára ao respectivo carcereiro que, logo que lhe fosse apresentado mandado de soltura de algum preso retido na mesma cadeia, o cumprisse sem embargo da falta de previo pagamento de taes quantias: o mesmo augusto senhor manda declarar ao referido conselheiro vice-presidente para que o leve ao conhecimento do mencionado juiz, que o proveja o procedimento por elle adoptado com relação áquella objecto. A respeito, porém, da execução das ditas posturas na parte em que obrigam os individuos presos áquella pagamento, n'esta data se expedem as ordens necessarias para que possa verificar-se até que ponto podem ser fundadas e legaes para obrigar esses individuos, independentemente da sua soltura, a pagar taes quantias; a fim de pelos meios competentes se pôr termo a qualquer abuso que n'isso possa haver.

Paço, em 21 de março de 1860.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES

4.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega da Horta, consta que, no dia 24 de novembro ultimo,

déra entrada n'aquelle porto o hiate portuguez *Santa Cruz*, conduzindo a seu bordo a tripulação da barca ingleza *Eagle*, capitão Nelson Chambers, a qual tendo saído em 4 de outubro antecedente de New Port com carga de carvão, e destino para as ilhas Bermudas, fora abandonada em 10 do dito mez de novembro pela mesma tripulação a 37º 24' N., e 45º 58' O., desavrorada, sem leme, e cheia de agua; sendo a equipagem da referida barca salva pela escuna hollandeza *Burta Hendrica*, capitão Thomas W. Stuit, que vinha de New York para Rotterdam, desembarcando depois na ilha das Flores. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.ª ANUNCIO

Por participação do conselheiro director da alfandega grande de Lisboa, consta ter o capitão do vapor portuguez *Brazil*, procedente de Milford-Haven, encontrado no dia 26 de dezembro proximo findo, na latitude de 44º 22', e longitude ao O. de Greenwich 9º 10', a barca ingleza *Senegal*, capitão William Lagilback, toda desavrorada e com a borda quebrada, fazendo muita agua, a qual, não se podendo conservar fluctuando, fora abandonada pela tripulação composta de quinze pessoas, que o dito vapor recolheu. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.ª ANUNCIO

Por participação do sub-director da alfandega de S. Martinho, consta que, no dia 3 de janeiro ultimo, déra á costa, na praia proximo á povoação da Pedreira, a barca franceza *Labourer*, de Bayona, capitão Pons, procedente do Rio de Janeiro, carregada de café, com destino para Marselha; salvando-se a tripulação, que se compunha de treze pessoas. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega de Aveiro, consta que, no dia 6 de janeiro ultimo, naufragara na praia do Furadouro, proximo a Ovar, o brigue *Marianna*, capitão José Pedro de Sena, procedente da ilha de S. Thomé, com destino para Lisboa, carregado de café, cacau, e semente de purgueira; tendo-se desfeito o casco do dito navio; salvando-se porém quatro bahus, arrombados, nos quaes se encontraram os objectos seguintes: a saber: um cordão delgado, quebrado, e dois pequenos brancos de ouro, que se diz terem pertencido a D. Maria José de Franco; um relógio de algaibeira com caixa de prata e cadeia de ouro ordinario; tres garfos e tres colheres de prata; doze peças de cunco francos, um duro hespanhol, duas patacas brazileiras, e uma mexicana, sem declaração de donos; duas letras de cambio de 400\$000 réis, primeira e segunda vias, passadas por Henrique José de Oliveira, sobre Viuva e João Baptista Burnay, á ordem de José Pedro de Sena; alguma roupa branca e de cor; cartas avulsas, um embrulho lacrado, contendo a correspondencia, e alguns papéis de bordo, dos quaes se colligiu ter perecido toda a tripulação, e dois passageiros. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.ª ANUNCIO

Por participação do director do circulo das alfandegas maritimas do norte do reino, consta que, no dia 26 de dezembro ultimo, naufragara nas pedras da Insua, legua e meia ao sul de Espozende, o falcão hespanhol *Santo Antonio*, de que era proprietario Gaspar Martins, procedente de Cadiz, carregado de sal, com destino para a Corunha; tendo perecido seis pessoas da tripulação, que se compunha de oito individuos; salvando-se apenas algum velame, maçame, e fragmentos do casco. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

4.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega do Funchal, consta que, no dia 19 de dezembro do anno proximo findo, naufragara, despedaçando-se na restinga da Fajá de Manuel, freguezia de Porto Moniz, a galera ingleza *Flying Foam*, de Londres, de que era mestre William Liddle, procedente de Cardiff, com carga de carvão de pedra, para Hong-Kong; salvando-se apenas seis homens, e tendo perecido quinze pessoas da tripulação, incluindo o dito mestre e officiaes; havendo-se perdido todo o carregamento. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

3.ª ANUNCIO

Por participação da alfandega de Setubal, consta que, na noite de 10 de fevereiro ultimo, varára com agua aberta, no sitio dos Barracões nas immedições do Melides, o brigue da republica oriental de Uruguay *Solis*, capitão Joaquim Xavier das Neves, procedente de Cardiff, com carvão de pedra para o Rio de Janeiro; tendo-se salvado toda a tripulação com as suas bagagens, e alguns objectos do sobredito navio. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

degas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

2.ª ANUNCIO

Por participação do sub-director da alfandega de Peniche, consta que no dia 28 de fevereiro ultimo varára na praia do sul d'aquella villa a polaca hespanhola *Marianita*, capitão D. Martinho Francisco Alvares, procedente de Malaga, carregada de vinho, azeite, sabão e esparto, com destino para Villa Garcia, tendo-se salvado a tripulação. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

2.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega do Funchal, consta que a barca ingleza, *Isle of Skie*, capitão John Richard Pkelan, procedente de Liverpool, com carga de carvão de pedra, e alguns cascos de cerveja, destinada para Buenos Ayres, tendo aberto agua no dia 20 de fevereiro ultimo, na latitude de 36º N., e longitude 17º O., fora abandonada pelo referido capitão e tripulação, salvando-se em um lanchão do mesmo navio, e chegando ao porto do Funchal no dia 23 do dito mez; havendo o sobredito director da alfandega mandado arrematar os salvados, entregando o seu liquido producto ao respectivo consul britannico. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 14 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

2.ª ANUNCIO

Por participação do conselheiro director da alfandega grande de Lisboa, consta terem ali desembarcado no dia 19 de março ultimo, o capitão A. W. Lavander, sua mulher, e mais treze pessoas da tripulação da galera americana *Lady Suffolk*, procedente de Liverpool, carregada de carvão e sal, com destino para Calcutá, os quaes haviam sido conduzidos a Cascaes pelo brigue inglez *Sapho*, que a encontrara em perigo, a trezentas milhas ao mar, havendo o brigue *Meersabout* igualmente tomado outros quinze individuos da dita galera. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

2.ª ANUNCIO

Por participação do director interino do circulo das alfandegas do Algarve, consta ter o brigue barca noruegues *Suedois*, conduzido para o porto de Faro a tripulação da galera franceza *Louisiane*, capitão Jude de Beauséjour, que tendo saído de Bordeaux carregada de carvão de pedra, vinho e aguardente, com destino para Saigon, na China, fôra a pique ao travez de Lisboa, no decimo quinto dia da sua viagem. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

2.ª ANUNCIO

Por participação do director interino do circulo das alfandegas do Algarve, consta que no anoite de 16 de março ultimo, na altura do cabo de Santa Maria, fôra a pique o bergantim prussiano *Quick*, capitão C. R. Krafz, procedente de Middlerburg, carregado de cook e ferro; tendo-se salvado o dito capitão e mais tripulação, com algumas bagagens e pequenos objectos, em duas lanchas, que deram entrada no porto de Faro. O que se faz publico em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

2.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega de Setubal, consta que, na noite de 24 de março ultimo, varára, no sitio do Penedo, ao norte do Cabo do Espichel, a barca franceza *Jean Jacques*, capitão S. Justin, procedente de Certe, com carga de vinho e aguardente, para Rotterdam, tendo-se salvado a tripulação, bem como o velame e outros objectos. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 2 de abril de 1860.—Nuno José Gonçalves.

Sua Magestade El-Rei, a quem foi presente a conta datada de 20 de janeiro ultimo, que á sua real presença elevou o barão de Villa Cova, administrador geral do pescado do reino, acompanhada dos mappaes da receita e despeza d'aquella administração do anno proximo findo de 1859, pelos quaes se mostra ter sido a importancia dos direitos do pescado 61:414\$291 réis, e a despeza com a administração, arrecadação e fiscalização d'este rendimento 9:368\$859 réis, isto é, uma quantia menor que a votada no orçamento, não obstante o augmento do novo posto fiscal estabelecido em Léssa: manda significar ao mesmo administrador geral que viu com satisfação o zelo que tanto elle, como os respectivos empregados, têm mostrado no desempenho das obrigações a seu cargo; ficando na intelligencia de que, quanto ás providencias a que allude na dita conta, tendentes umas ao melhoramento da industria da pesca, e da fiscalização dos competentes direitos, e outras no sentido de tornar essa industria mais proveitosa e util á classe dos individuos que n'ella se empregam, opportunamente serão tomadas na devida consideração.

Paço, em 23 de março de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro.—Para o barão de Villa Cova, administrador geral do pescado do reino.

Senhor!—Tenho a honra de levar á presença de Vossa Magestade os mappaes da receita e despeza da administração geral do pescado do reino, a meu cargo, respectivos ao anno passado de 1859, segundo os quaes foi a receita 61:414\$291 réis, e a despeza 9:368\$859 réis, menor que a votada no orçamento, não obstante o augmento d'esta com o novo posto fiscal do pescado, que se estabeleceu em Léssa.

Como nos precedentes relatorios, continuo a expor a Vossa Magestade, que em todo o littoral se recebem este direito sem difficuldade, nem contestações; excepto nas costas de Aveiro e Figueira, aonde alguns pescadores se negam ainda a pagar o direito, descontando-o contudo ás companhias, e restando-o em si, desobedecendo aos decretos, e mais ordens do governo de Vossa Magestade, que formam o systema regulamentar e possivel, d'esta cobrança; não lhes servindo de exemplo muitas outras companhias, d'ali mesmo e das demais costas do reino, que pagam obediientemente, sem darem, como elles dão, e quem os tem aconselhado, interpretações á lei, favoráveis aos seus interesses.

Mandei ultimamente um visitor d'esta administração geral ás costas do norte, para organizar o novo posto fiscal do pescado de Léssa, creado por ordem de Vossa Magestade, pelo ministerio da fazenda, em portaria de 31 de maio de 1859; providencia esta que produziu bons resultados e augmento de rendimento para a fazenda, pois que a segunda divisão da costa, a que este posto pertence, apesar dos maus tempos d'este anno, excedeu no seu rendimento 2:000\$000 réis do termo medio dos annos passados.

Foi tambem o visitor conhecer, nos diversos pontos de pescaria, da arrecadação dos direitos, no que praticou bons serviços, fazendo entrar no cofre da fazenda quantias que se lhe haviam extorquido. E finalmente foi a Aveiro e Figueira, diligenciando convencer as companhias devedoras a que pagassem, demonstrar-lhes a sem-rasão e falta em que incorriam, e o prejuizo que causavam á fazenda pela sua pertinacia; e empregando as melhores maneiras a este respeito, obteve da maior parte das companhias de Aveiro, continuarem d'ahi em diante a pagar em dia, o que muito foi, e quanto ao que deviam, conseguiu de accordo com os devedores, e por escriptura, a confissão da divida, e o pagamento em prestações modicas e sem vexame; accordo ou convenção que julguei muito conveniente, e por isso o submetti á approvação do governo de Vossa Magestade, pelo ministerio da fazenda; e muito me lisongeio e honro, que estas medidas fossem da approvação de Vossa Magestade, como me foi declarado em portaria do mesmo ministerio, com data de 11 do corrente.

Alguns devedores do proximo districto da alfandega da Figueira estão em identicas circumstancias, por isso espero que Vossa Magestade, annuindo ao que acabo de pedir pelo dito ministerio, se digne ordenar que esta providencia se lhes faça extensiva.

Os maus tempos, pelos ventos chamados de travessia e temporaes, que constantemente têm reinado nos mares das costas d'este reino, e em toda a parte, entorpeceram a vinda das innumeraveis pescarias que costumam correr de mares longinquo e affluir ás ditas costas; damnificaram muito as pescarias oriundas das mesmas e dos nossos ferteis rios; impedindo os pescadores, em grande parte do anno, do uso da sua industria, e sobre tudo no centro da costa (mares de Lisboa), onde este mal muito se sentiu, pela falta das grandes safras dos saveis (no Ribatejo) e da sardinha, nas suas temporadas, e de toda a mais pescaria, entrando a do alto. Muito sentiram os povos este mal, porque não tiveram em abundancia e por menor preço este alimento, de que muito precisam, e se torna um dos de sua primeira necessidade, e muito o sentiu tambem o cofre da fazenda, pelo menor rendimento do direito.

As imposições das camaras municipaes sobre as pescarias (em algumas terras superiores ao direito que pagam ao estado) é um vexame sobre os pescadores, o que me persuadi não permittam as ultimas leis sobre pescado, não derogadas. Resulta d'aqui a diminuição do valor das pescarias nas alotas ou leilões, e por consequencia dos interesses dos pescadores e da fazenda, pelo menor direito que recebe: contra o que já tenho pedido e continuo a pedir providencias a Vossa Magestade.

Apesar d'estes transtornos, parece impossivel que o rendimento este anno tocasse quasi o do anno passado, e excedesse muito o dos anteriores mais proximos, e até o do respectivo orçamento; o que é devido (alem do zelo com que esta administração geral diligenciou se fizesse esta arrecadação, sem vexame) ao grande valor que as pescarias tiveram; e tambem, porque em alguns poucos sitios da costa, em diferentes occasiões, a pescaria sardinha deu em tanta abundancia, que felicitou aquellos pescadores e aquellos povos! E a quanto subiria este direito, se não fossem as grandes tempestades, que impediram a affluencia d'aquella pescaria em toda a costa, na sua temporada! Por certo, mais 50 por cento. Assim tocaria os 100:000\$000 réis, que eu tenho calculado, e exposto a Vossa Magestade, que, em anno regular, ella poderia render; o que tudo prova que esta industria não é tão precaria como a pretendem incutir; e se for convenientemente desenvolvida, e não deteriorada, na sua colheita, e esta aproveitada e bem dirigida, os empregados e pescadores hão de lucrar tanto ou mais do que os de outras industrias. Verdade de mostrada pelos valores que os pescadores receberam este anno, não obstante as causas que contribuíram para a escassez dos productos d'esta industria.

A importante pesca do atum, no Algarve, fez-se com regularidade e socoço. Sendo a sua temporada de março a agosto, em que os maus tempos se não desenvolveram tanto, o seu producto regulou pelo anno passado; e o seu consumo foi para o interior do paiz e para Hespanha.

O valor de todas as pescarias este anno, calculado pelo direito que pagaram, foi de 902:620\$385 réis, e augmentando-se-lhe o do peixe das caldeiradas e iscas (gratuito), e o dos inevitaveis extraviados, na extensão da costa, no meio da confusão das grandes pescas (principalmente da sardinha), e que se não deve calcular este anno, mesmo com muita modicidade, em nada menos da quinta parte do valor acima, este se elevará em todo o reino a réis 1.083:144\$462; e em muito maior valor ainda se deve considerar, juntando-se-lhe o de multissimas pescarias, que tambem não pagam direitos, colhi-

das em diversos rios, lagoas, pesqueiras, cercos, caneiros e tapagens em diversos pontos, e até nas costas: o que julgo demanda providencias em favor da fazenda, e a bem da igualdade entre todos os pescadores.

Devo particularisar quanto é importante a pescaria sardinha na nossa costa. Tem havido annos que o seu valor, calculado pelo direito, e o d'aquella que o não pagou, pelas razões acima expostas, tem subido de 700 a 800:000\$000 réis; e este anno, segundo o mesmo calculo, pelo direito de 31:752\$000 réis que pagou (mesmo apesar da grande escassez), ainda subiu á importancia de réis 466:666\$666 <sup>2</sup>/<sub>3</sub>, e com mais a quinta parte, pelos motivos que já tambem levei dito, a nada menos deve subir o valor d'esta pescaria do que a réis 600:000\$000.

Portanto, senhor, pelo bem d'esta industria, e conveniencia da fazenda, continuo a pedir a Vossa Magestade uma lei organisadora, e seus competentes regulamentos, para as pescarias do reino; lei que, segundo o que a pratica de muitos annos tem mostrado, tribute, sem distincção, todas as pescarias que forem vendidas, seja qual for a sua procedencia, mas nunca os pescadores, com uma quota certa, como já se projectou; porque sendo esta colheita, e o seu valor eventual ou incerto, quando qualquer pescador nada colher, difficil lhe será pagar, e á fazenda receber similhante quota, que se tornará um vexame para esta classe, que, costumando, em grande parte, percorrer as diferentes costas e praias, pescando e vendendo aonde lhes convem, será tambem difficil conhecerem-se os seus lucros, para se poderem tributar; e, ainda menos, quanto ao grande numero dos pescadores adventicios, que trabalham, recebem os seus proventos, e deixam as pescas aonde, e quando querem.

Julgo indispensavel que esta lei estabeleça um centro director, que dirija os pescadores, e evite a deterioração das pescarias, e as redes de arrastar, de malha miuda no centro do sago, cercos, tapagens, e caneiros, com que matam grande parte da criação do peixe. Esta lei seria de grande proveito a este paiz, promovendo não só o augmento da valiosa pescaria d'elle oriunda, mas tambem o d'aquella de diversas qualidades, que aqui vem fazer a desovação, cuja ova tambem é deteriorada em grande parte, e mesmo depois do seu desenvolvimento, pelas mencionadas redes; e para que a nação goze em abundancia este genero, que em muitas terras é o seu usual e mais estimado alimento, principalmente no Algarve; e que esta abundancia seja tal, que possamos exportar para diferentes paizes multissimos d'este genero.

De todas estas circumstancias, só esta administração geral pôde estar ao facto; porque só ella tem conhecimento das pescarias, e dos diversos pontos da sua affluencia em toda a costa e rios, maneira da sua colheita, e do que convem para se não deteriorar, e antes augmentar; assim como, quanto ao preciso e rapido movimento das mesmas, do ponto da matança, para os grandes mercados, e outros sitios onde o povo concorre a fornecer-se d'ellas, e os mercanteis, ou contrahedores, que a conduzem ao interior do paiz. Movimento este maritimo, que muito tem melhorado, ha annos a esta parte, e que apresenta quasi toda a pescaria em fresco, ou apenas salpicada, ou sal-presa, nos mercados; o que muito convem á salubridade publica; e por isso é de necessidade ser esse centro director autorisado a providenciar o que convier, com rapidez, e como o exigir o bem da fazenda, e melhoramento d'esta industria.

Por esta occasião não posso deixar de pedir a Vossa Magestade o indispensavel prolongamento do caes da Ribeira Nova, e mais obras inherentes, para segurança do grande numero de barcos com pescarias, que ali concorrem diariamente, das quaes se fornece o grande mercado de Lisboa, suas immedições, e todo o Ribatejo e provincia; e que estão em grande perigo de se perderem, com qualquer temporal, que repentinamente sobrevenha, visto que o aterro da Boa-Vista lhe tirou grande espaço de praia, que servia de abrigo a estes barcos, bem como ao grande numero de outros que não podem deixar de ali (em franquia, e na frente d'esta casa fiscal) fazerem os seus carregamentos e salgas, para conduzirem ao Ribatejo e barra fóra.

O valor dos barcos, armações e mais utensilios pertencentes á pesca, em todo o reino, segundo estuo informado, se não tem augmentado, não tem baixado dos 2:000:000\$000 réis, em que o anno passado se orçavam; e bem pôde observar-se pelo rendimento do direito, que não é de pequena monta o lucro, que este capital empregado deu assim mesmo este anno, apesar da escassez, a todos os interessados na pesca.

Muito conviria, senhor (a experiencia o tem mostrado), que esse centro director, ou administração geral das pescarias do reino, podesse formar de todos os pescadores uma associação, regida por competentes regulamentos, a fim de usarem d'esta industria, sem se maltratarem e estorvarem uns aos outros, fazendo as pescas unicamente como convem, sem deteriorarem esta riqueza nacional, e tão sómente quando o tempo e as marés o permittam, a fim de que não exponham indistinctamente as suas vidas; e sobre tudo formando-se um monte pio geral, inspecionado por esse mesmo centro director, para lhes acudir nas enfermidades e velhices, ás suas viúvas e orphãos, e nos tempos adversos, livrando-os de mendigar; applicando-se a este monte pio fundos tirados dos interesses que os pescadores fagiam, e mesmo de determinadas pescas em seu beneficio; e que d'elle se não desviem fundos para outra qualquer coisa; e assim mais a criação de uma caixa de melhoramentos, que os auxilie em qual quer desastre, como perda de barcos, redes, etc., e lhes augmente mesmo estes utensilios, em terras, e sitios de grandes pescas; havendo-os depois esta caixa, em modicas prestações, dos pescadores.

Pelo ministerio da fazenda, senhor, tenho recebido todas as providencias que hei pedido, e que muito têm concorrido para a melhoria, e augmento d'esta arrecadação; e é do meu dever patentear-lhe por esta occasião a Vossa Magestade, pelo muito que ellas já têm, e devem fomentar esta importante ramo de industria, e da fazenda publica.

Cumpre-me, a final, expor a Vossa Magestade, que tenho recebido das autoridades a quem me tenho dirigido, os preciosos auxilios, e que fui coadju-



vado do melhor modo pelos directores dos circuitos e das alfândegas, e seus empregados, e pelos d'esta administração geral; e que uns e outros têm cumprido os seus deveres.

Resta-me pedir a Vossa Magestade, em favor dos

empregados propriamente ditos do pescado, que pelos seus diminutos vencimentos, nenhuns emolumentos, e assiduo trabalho, se tornam cada vez mais necessitados, e merecedores da contemplação de Vossa Magestade, para que lhes sejam augmenta-

dos um pouco os seus vencimentos, e em harmonia com os das demais alfândegas, para poderem viver. Quanto a mim, senhor, rogo a Vossa Magestade se digne relevar-me as faltas que poderei ter cometido, na gerencia d'esta trabalhosa administra-

ção; acreditando Vossa Magestade que nutro os melhores desejos de bem servir, conciliando os interesses da fazenda com o maior desenvolvimento d'esta industria nacional.

Administração geral do pescado do reino, 20 de

janeiro de 1860.—O administrador geral, *Barão de Villa Cova*.

Está conforme. Segunda repartição da direcção geral das alfândegas e contribuições indirectas, em 23 de março de 1860.—*José Melquiades Léger*.

Mappa demonstrativo da receita e despesa do direito imposto sobre o pescado do reino, do anno de 1859, e comparativo com os anteriores da existencia d'esta arrecadação

DIVISÃO DA COSTA E RIOS	DENOMINAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES, ALFÂNDEGAS MENORES, E TERREAS POR ONDE SE RECEDEM OS DIREITOS	1859	1858	1857	1856	1855	1854	1853	1852	1851	1850	1849	1848	1847	1846	1845	1844
1.ª	Administrações	Ribeira Nova	16:577,8280	14:384,1105	14:384,1105	15:555,8445	14:341,9390	20:179,4080	18:580,3720	16:502,4485	18:707,3485	17:115,4455	19:023,4145	18:017,3305	20:547,5985	19:285,3285	20:087,3500
		Ribatejo	354,8555	637,8235	661,4700	890,3550	655,8380	738,4070	772,3335	961,4785	1:296,4115	1:210,4780	1:298,6660	1:263,8550	857,8825	1:624,4490	1:191,4965
		Sul do Tejo	90,8880	106,6555	148,0700	132,4935	78,4155	172,4945	163,4125	119,9445	155,8820	151,4365	178,4770	199,5505	116,5660	714,4015	148,4441
		Belem	347,6605	399,3795	357,3985	294,6665	296,4760	650,4435	610,4540	602,3390	614,3985	437,4225	572,3325	572,3325	657,8880	719,4445	672,6760
		Paço d'Arcos	361,8710	343,8075	321,4120	236,4545	291,4785	488,3935	401,5045	258,9445	339,4110	222,5575	459,3375	384,5570	305,4200	895,4640	582,6440
		Cascaes	255,4400	289,4508	242,5245	232,5155	189,4135	386,4110	231,4390	165,4750	240,4890	141,8390	149,3695	89,4670	93,2885	111,8445	219,3310
		Casimira	1:520,5355	1:894,2290	1:002,3725	1:641,6815	1:133,4115	2:893,3335	1:113,4340	892,2220	1:062,4095	1:478,3680	1:806,4555	1:142,4170	681,5565	749,4040	869,4780
		Sintra	3:322,4640	2:628,9810	2:387,3555	3:067,4170	2:329,4030	3:392,4465	3:757,3855	3:024,4170	3:394,4195	4:559,4635	5:008,3300	4:450,3560	3:019,3255	4:738,4170	3:748,4174
		Alenquer	498,4370	399,3555	409,4055	400,4125	278,3985	441,4335	304,4795	388,4935	315,4180	303,4175	310,3870	328,4445	179,4681	129,4585	215,4137
		Sines e Villa Nova de Milfontes	389,4850	381,4390	328,4435	261,4845	135,4305	272,4710	256,4315	295,4330	209,4030	209,4030	246,4390	187,4775	86,4745	112,3865	219,4791
2.ª	Porto	Ericeira	613,4771	442,4007	369,4310	469,4475	430,4230	613,4200	492,4660	474,4765	414,4585	547,4390	553,4660	469,4640	454,4289	679,4626	546,4391
		Peniche	1:712,4654	1:395,4103	1:097,4245	1:225,4135	1:178,4390	1:758,4185	1:307,3555	1:045,4705	1:122,4285	1:409,4410	1:270,4827	954,4582	412,4542	1:870,4640	1:422,4922
		Cães da Ribeira	2:236,4560	2:021,4458	2:289,4575	2:458,4520	2:204,4188	3:022,4405	2:822,4405	2:479,4505	2:788,4745	2:782,4940	30:978,4898	27:915,4722	28:480,4251	28:545,4655	30:211,4941
		Praca da Cordoaria	2:695,4195	2:150,4780	1:654,4660	1:666,4905	2:375,4965	2:656,4950	2:607,4385	2:497,4530	2:954,4555	3:291,4995	2:183,4940	2:487,4575	1:539,4715	1:283,4215	1:704,4675
		S. João da Foz	508,4670	394,4800	548,4370	707,4860	538,4260	670,4235	584,4840	600,4735	509,4285	817,4190	124,4030	709,4885	565,4665	102,4540	102,4540
		Leiria	1:703,4305	2:05,4520	99,4420	126,4575	278,4400	138,4395	147,4870	65,4085	63,4135	27,4870	3,4310	41,4470	5,4805	5,4475	240,4555
		Sousa	2:171,4535	1:978,4465	1:855,4660	1:906,4520	1:655,4890	1:479,4520	897,4950	1:031,4865	1:103,4855	1:345,4735	1:670,4135	788,4380	526,4710	1:404,4140	611,4487
		Lavra	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		Espinho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		Cortegaça e Esmoriz	1:629,4195	2:397,4190	1:655,4545	967,4315	993,4780	1:363,4135	807,4750	1:203,4450	1:223,4875	1:284,4370	1:114,4445	269,4655	331,4290	484,4155	469,4155
3.ª	Norte	Valença	281,4390	561,4210	248,4975	103,4240	197,4300	322,4760	175,4885	168,4025	409,4665	246,4055	247,4995	128,4580	141,4280	48,4000	225,4615
		—	7:457,4100	7:628,4105	6:065,4595	5:275,4540	6:508,4365	6:675,4390	6:169,4645	5:417,3880	6:299,4680	6:461,4885	5:719,4545	5:442,3385	2:880,4390	2:577,4195	5:847,4905
		Caminha	233,4065	135,4205	158,4630	202,4900	232,4510	311,4225	300,4644	310,4263	305,4116	264,4283	346,4290	390,4500	256,4345	309,4789	299,4961
		Vianna	516,4710	445,4880	376,4265	331,4495	428,4510	532,4790	507,4470	328,4790	362,4815	372,4850	359,4021	294,4775	103,4880	255,4920	817,4577
		Espozende	394,4088	324,4645	158,4325	158,4325	211,4485	190,4815	189,4595	109,4525	137,4500	176,4050	150,4465	139,4660	9,4030	13,4545	128,4545
		Villa do Conde	3:388,4114	3:047,4487	3:307,4600	3:453,4215	3:660,4600	4:619,4800	5:262,4995	3:784,4155	5:310,4600	4:289,4470	4:317,4815	4:028,4085	2:116,4640	1:350,4390	5:320,4601
		—	4:471,4977	3:953,4217	4:360,4220	4:145,4145	4:592,4905	5:684,4628	6:260,4704	6:532,4935	6:116,4091	5:102,4633	5:178,4771	4:783,4920	2:416,4340	1:876,4190	6:059,4838
		Aveiro	8:899,4131	11:893,4722	8:803,4840	10:866,4975	8:721,4799	9:492,4522	6:309,4211	7:206,4073	7:582,4889	7:279,4715	9:063,4993	6:809,4622	8:494,4517	2:857,4490	8:407,4970
		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
		Figueira	1:074,4035	1:645,4094	605,4604	1:239,4627	1:182,4920	1:464,4354	1:390,4549	1:239,4370	1:790,4023	2:318,4544	2:470,4882	2:336,4368	1:663,4586	382,4006	2:103,4894
4.ª	Central	Pederneira	1:898,4916	1:808,4592	1:987,4913	1:980,4913	2:210,4919	1:955,4164	1:780,4046	1:651,4473	1:911,4573	1:937,4021	2:998,4021	1:465,4233	518,4220	348,4740	1:573,4917
		S. Martinho	42,4345	28,4910	19,4695	28,4215	82,4735	22,4915	29,4130	26,4910	29,4104	29,4104	38,4700	31,4844	24,4750	11,4549	50,4589
		—	2:955,4316	3:442,4596	2:012,4512	3:182,4907	3:431,4734	3:442,4443	3:139,4725	2:897,4753	3:736,4606	4:285,4608	5:507,4603	3:863,4445	2:205,4352	742,4289	3:728,4280
		Lagos	1:100,4891	135,4150	690,4586	890,4911	1:481,4130	1:156,4673	1:063,4520	1:325,4400	1:373,4245	1:086,4155	1:290,4688	1:615,4143	896,4550	1:485,4735	2:581,4579
		Portimão	367,4435	429,4522	241,4560	387,4330	322,4000	557,4000	327,4915	454,4735	554,4735	496,4660	576,4790	632,4769	299,4763	344,4124	894,4308
		Faro	1:734,4620	820,4552	945,4264	1:283,4118	835,4889	953,4879	938,4202	1:068,4236	1:063,4066	1:259,4239	1:610,4124	1:857,4841	915,4020	632,4140	1:387,4708
		Olhão	3:158,4916	4:069,4459	4:340,4475	3:807,4655	2:801,4964	3:867,4290	3:416,4120	2:255,4545	2:296,4205	2:121,4155	1:367,4403	1:874,4536	803,4723	1:261,4582	2:024,4522
		Tavira	1:265,4437	1:831,4394	1:528,4569	1:281,4879	1:136,4923	3:074,4572	2:381,4704	1:756,4947	1:539,4322	1:046,4927	1:614,4585	1:188,4527	405,4800	1:273,4851	6:024,4044
		Villa Real de Santo Antonio	2:720,4860	4:985,4565	7:262,4930	5:192,4280	1:371,4354	3:477,4409	2:736,4375	4:229,4360	4:942,4015	2:567,4665	6:314,4498	6:455,4494	4:324,4225	1:234,4349	5:006,4647
		—	10:388,4159	12:873,4582	15:008,4754	12:692,4192	7:359,4041	13:410,4780	10:956,4101	11:084,4213	12:308,4638	8:557,4801	13:469,4998	13:684,4310	7:575,4551	6:231,4249	12:496,4198
5.ª	Algarve	Valença	5:526	5:448	6:4403	12:980	6:5977	5:5820	5:5390	7:8874	8:018	19:429	17:414	19:829	—	—	—
		Monção	19:308	6:414	38:4719	34:073	41:4640	11:2524	32:4190	30:540	27:861	29:677	17:525	26:380	—	—	—
		Villa Nova da Cerveira	31:214	27:448	26:385	12:455	12:3020	16:585	24:465	39:4075	4:4515	35:605	37:655	24:398	—	—	—
		—	56:408	39:340	71:497	59:508	60:637	39:4159	62:045,0000	71:4849	40:4944	83:661	72:371	71:417	—	—	—
		Total geral	61:414,3291	62:352,4020	58:012,4953	61:079,4227	52:628,4664	70:744,3917	60:919,4936	56:004,4646	64:005,4143	59:601,4163	70:004,4969	62:319,4651	51:952,4401	42:696,4564	73:140,4572
		Despesas	9:368,4859	8:906,4182	8:906,4182	8:906,4182	8:906,4182	8:906,4182	8:906,4182	7:956,4076	8:140,4153	8:637,4001	8:169,4082	8:035,4812	6:498,4442	8:838,4959	7:886,4406
		O rendimento este anno foi extrahido do seguinte capital:															
		De 435:353,4718 1/2 proveniente do diferentes peccarias															
		Idem da sardinha	466:666,4666 2/3														
		Total.....	902:020,4385														

O rendimento este anno foi extrahido do seguinte capital:  
De 435:353,4718 1/2 proveniente do diferentes peccarias  
Idem da sardinha

Total..... 902:020,4385

Além d'este valor deve augmentar-se o das pecc



e entrando no concelho da Torre do Sor, o caminho de ferro até à Torre das Vargens atravessa um vasto trato de terra, abundantíssimo de água, onde de dia para dia se vão aumentando consideravelmente a plantação de laranjeiras que, principalmente no antigo julgado de Logo Mel, e Margem, prosperam admiravelmente, e promettem fazer d'aquelle paiz, n'um futuro pouco remoto, um dos mais bellos e ricos da provincia;

Considerando que, na secção da Torre das Vargens ao Assumar, na extensão de 54 kilometros, estão já feitas obras no valor de centos de contos de réis, que serão perdidos, inutilizadas aquellas obras pela mudança de directriz;

Considerando que, verificada essa mudança, ficarão sem meios alguns de comunicação os concelhos de Gavião, Niza, Castello de Vide, Marvão, Arronches, Portalegre, Crato, Alter, e Ponte do Sor, ou será mister fazer a estrada de Abrantes a Portalegre, que não satisfazendo cabalmente as necessidades do alto Alentejo, a parte mais povoada da provincia, importaria em alguns centos de contos de réis que se economisam, conservada a directriz do caminho de ferro, marcada no contrato, que torna dispensavel a mesma estrada;

Considerando que, a villa de Estremoz, com quanto importante, tem já uma estrada de primeira ordem, e vaee fôr a pequena distancia de dois caminhos de ferro, o do sul, que se prolonga para Evora, e o de leste, que passa entre aquella villa e a cidade de Portalegre, proximas a ligar-se por outra estrada de primeira ordem, que atravessa o referido caminho;

Considerando que preferir para nos ligar com a Europa por um caminho de ferro a directriz do Barreiro ás Vendas Novas, mettendo-se de permoio o Tejo entre esse caminho e Lisboa, seria aquilhar um grande pensamento e destruir-lhe, em grande parte, a sua utilidade;

Considerando, com relação á independencia e defesa nacional, que os caminhos de ferro se interceptom e cortam com grande facilidade e promptidão;

Considerando que, um exercito inimigo que, servindo-se do caminho de ferro de leste, e n'uma guerra internacional, invadisse rapidamente o nosso territorio e penetrasse no interior, ver-se-ia cortado o caminho na sua recta, e em situação mui difficil, rodeado por toda a parte de inimigos, e separado por largas distancias dos lugares d'onde lhe podessem vir os auxilios;

Considerando, quando assim não fosse, a directriz marcada no contrato, leva o caminho a Santarem e ás proximidades da villa de Constancia, onde atravessa o Tejo, posições importantes e susceptiveis de serem facilmente fortificadas por um modo respeitavel;

Considerando que, segundo a mesma directriz, o caminho vaee depois, na margem esquerda do Tejo, passar a meio tiro de canhão da praça de Abrantes, collocando-se por isso debaixo da artilheria da mesma praça;

Considerando que, por este modo, não só Lisboa, mas todo o norte do reino ficaria facilmente ao abrigo de um exercito inimigo, que do paiz visinho invadissem, pelo caminho de ferro, a provincia do Alentejo;

Considerando que, limitada a esta provincia a invasão é sempre facil pela grande extensão da sua raia, seja qualquer que for a directriz que se dê ao caminho de ferro de leste;

Considerando que, a propria directriz marcada no contrato é sufficiente para remover quaisquer apprehensões relativas á influencia funesta, que, com respeito á independencia nacional, possa exercer o caminho de ferro á fronteira, apprehensões sagradas, porque têm por objecto a vida da patria, e altamente respeitaveis por serem suscitadas pelo mais illustre de seus filhos, em cujo coração nunca pulsou sentimento que não fosse nobre e generoso, e em cuja cabeça nunca se formou pensamento que não tivesse por objecto a felicidade e grandeza da sua patria;

Considerando que, alterada a directriz, pôde malograr-se o contrato porque se altera a base da subvenção;

Considerando que, no estado da discussão, não é já possível desenvolver as considerações indicadas e outras que podiam occorrer sobre o assumpto, sem usurpar a palavra aos oradores que a têm, com alguma impertinente moção de ordem, o que não devem nem querem fazer os abaixo assignados requerem se recomende ao governo, que sustente a directriz marcada no contrato que se discute com o projecto n.º 13, e do qual é parte integrante. O deputado por Niza, Antonio Pequito Seixas de Andrade—Antonio Dias de Azevedo—Antonio Roballo de Azevedo—Antonio Pinto de Albuquerque Mesquita e Castro—José Antonio Maia—João da Fonseca Coutinho—Thiago Augusto Veloso de Horta.

E admitida para ser tambem considerada na materia da ordem do dia.

O sr. *Henriques Secco*:—envia para a mesa um projecto de lei acerca da interpretação e explicação de varios pontos da lei de 12 de agosto de 1856, pedindo que seja impresso no *Diário de Lisboa*.

Fica para segunda leitura.

O sr. *Mendes de Vasconcellos*:—por parte da commissão diplomatica, envia para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. *D. Rodrigo de Menezes*:—ha tempo fez um requerimento, pedindo pelo ministerio do reino o relatório da commissão nomeada para examinar as sementeiras de arroz, pedindo tambem que fosse enviada qualquer providencia que o governo houvesse tomado a este respeito. Foi enviado á camara um officio do ministerio do reino, dizendo que aquelle relatório se está imprimindo, mas não diz uma palavra sobre as medidas que tomou a esse respeito, o que necessariamente deve ter acontecido, e isto de conformidade com o que s. ex.ª prometteu no parlamento; e isto tornasse tanto mais necessario que alguns lavradores tem as suas terras preparadas sem saber se hão de não semear o arroz, e aguardam as medidas de s. ex.ª para saberem o que tem a praticar a este respeito.

Ha mais de um mez que a mesa nomeou as commissões, cuja nomeação lhe foi commettida, e entre ellas a de pescarias; todas são importantes, mas desgrazadamente aquella que trata d'esta infeliz classe ainda até hoje se não installou; e por isso pede ao sr. presidente d'sta assembleia que entenda para que esta commissão ou se constitua ou se dissolva para se nomear outra.

Envia para a mesa uma representação de cento e seis pescadores da Foz do Porto, na qual estes infelizes confirmam o que já disse n'esta casa, que não são pagam 6 por cento mas 10, 20, 30 e 50. Se esta barbaridade continuar, declara que não vota a repartição do tributo industrial sem que se faça justiça a esta classe.

O sr. *Presidente*:—quanto á commissão de pescarias, não tem outro meio sendo convidar os illustres deputados que foram nomeados para essa commissão a remirem-se o mais breve possivel, a fim de se installar, porque ha negocios importantes que tem de lhe ser commettidos.

O sr. *Carlos Bento*:—não tendo tido a honra de ser eleito pela camara para commissão alguma, declara que não pôde fazer parte da de pescarias para que foi nomeado pela mesa.

O sr. *Presidente*:—a camara, delegando na mesa a faculdade de nomear as commissões que falta-

vam, approvou a nomeação que ella fez: o sr. deputado é um dos membros da commissão, declara que não faz parte d'ella, mas os outros senhores podem reunir-se e installar-se, pedindo que se lhes aggregue qualquer outro sr. deputado.

O sr. *Plácido de Abreu*:—não tendo sido tambem nomeado pela camara para commissão alguma, não pôde fazer parte d'aquella para que foi nomeado pela mesa.

O sr. *Augusto Zeferino*:—envia para a mesa uma representação das religiosas dos conventos reformados da ilha do Fayal, pedindo prorrogação de prazo para a inversão de uns titulos de credito que tem sobre o estado.

O sr. *Gouveia Osorio*:—envia para a mesa um requerimento, pedindo esclarecimento ao governo.

O sr. *Thomás de Carvalho*:—manda para a mesa um requerimento dos ensaíadores da casa da moda, pedindo lhes seja augmentado o seu ordenado.

A respeito do que disse o sr. D. Rodrigo, informa a s. ex.ª que a commissão de inquerito aos arrouços se tem occupado incessantemente d'este importante objecto, mas que não podendo fazer o inquerito só por si, teve de recorrer a esclarecimentos das autoridades administrativas, os quaes ainda não vieram, e por isso não tem podido concluir os seus trabalhos.

O sr. *Dias de Azevedo*:—envia para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo por parte da commissão de estatística.

Envia tambem para a mesa uma representação de noventa e sete cidadãos da freguezia de Santo Quintino de Fanhões e de Loures, pedindo que a directriz da estrada de Lisboa a Loures, e de Lisboa a Torres Vedras, siga a Loures pela Cabeça de Montachique.

Demonstram os signatarios da representação que a estrada pelo seu antigo leito é muito mais favoravel do que a nova que se quer fazer; que fica muito mais curta, e por consequencia muito mais facil de executar, sendo os declives pelo antigo leito apenas de 1/2 por cento, muito mais pequenos em relação á grande commodidade que resulta aos povos.

Demonstram que a estrada de Torres Vedras a Loures está toda fortificada com fortes que serviram em outro tempo, e que provam o que fomos em 1807 e 1810, e que formando-se a estrada pela nova directriz, estes fortes que têm sido respeitadíssimos até hoje, porque nos recordam façanhas antigas, serão destruidos.

Demonstram em fim que todas as mercadorias e generos que se exportam pela barra de Lisboa, e que são conduzidos aqum e alem de Torres Vedras, tem por ali a sua facil comunicação, e que por consequencia a directriz deve seguir o leito antigo.

O sr. *Palma*:—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Tavira, pedindo lhe seja concedido o convento ou mosteiro de S. Bernardo da mesma cidade, que ha quatro annos é occupado apenas por uma freira. Este convento tem um rendimento de perto de 6.000\$000 réis; julga que estes capitais são dissipados, porque o penultimo administrador ficou alcançado em réis 12.000\$000, e o actual não sabe elle, orador, a quem dá contas.

A camara deseja estabelecer n'aquelle convento um asylo de infancia, e sustenta-lo com aquelle rendimento.

Manda outra representação da camara municipal de Olhão, pedindo a approvação de alguns projectos apresentados pelo sr. ministro da fazenda, com especialidade do da extincção das terças dos concelhos.

E, finalmente, outra representação dos habitantes de Olhão, pedindo se faça um ramal que communique a villa com a estrada do littoral, ramal que deve andar por 600 metros.

O sr. *Ministro da justiça* (Mártens Ferrão):—ouvei as considerações que fez o sr. deputado; ignora ainda os fundamentos da pretensão da camara de Tavira; mas examinará o que ha a este respeito, e decidirá conforme as circumstancias o permittirem.

O sr. *Coelho do Amaral*:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo.

#### ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE, DO PROJECTO DE LEI N.º 13

O sr. *Silva Cabral*:—tem tido a má ventura, nas poucas vezes que tem fallado, caber-lhe a palavra quasi no fim da sessão, e ter, em consequencia d'isso, de cortar o fio das suas idéas. Não pôde attribuir isto senão a uma triste eventualidade, e ainda que fôr outra coisa não a admitiria, porque não quer lançar-se no campo das culpabilidades e das suspeitas que, até certo ponto, seriam justificadas, se tivesse de dirigir-se por aquillo que vê e attentamente observa.

Parte da camara agita-se em um caso dado, ou antes parte da camara é levada a uma especie de confusão, e d'esta maneira as idéas, quaesquer que sejam, não podem ser apreciadas. Porquê será isto? pergunta o orador. Será por um plano de represalia exercido contra elle? Mas no seu procedimento n'esta casa tem a camara a prova mais completa contra a injustiça com que o trata. Procederá da inconcluecia ou debilidade dos seus argumentos? Para elles serem avaliados é preciso que sejam ouvidos, e para serem ouvidos é preciso que se lhes preste attenção. Provirá da inoportunidade d'esses argumentos? O *non est hic locus* não lhe pôde ser applicado. Deve por tanto attribuir á humilhação da sua pessoa este resultado da tolerancia e civilisacão instaurada n'esta epocha. Não se escandalizará por isso; seguirá o seu caminho, lembrando-se da sentença divina, que diz: Deus exalta os humilhes, e humilha os soberbos. Espera, escutado com a sua paciencia, marchar sempre no mesmo caminho, merecendo, como deve merecer, o *verdictum* da opinião publica.

Entende que foi demasiadamente modesto o sr. ministro das obras publicas, quando proclamou a sua incompetencia nos objectos attinentes á sua repartição. Quem ouvisse o sr. ministro, diria que elle pretendia largar o ministerio, mas sobre isso se teve alguma apprehensão ella deve estar desvanecida. Ninguém ignora nem desconhece o talento do sr. ministro, e a universalidade de conhecimentos é uma coisa que não cabe a homem nenhum, mas a sociedade tem preenchido essa lacuna, constituindo tribunaes consultivos, que, ou por necessidade, ou simples conselho, tem de dar o seu voto sobre assumptos pertencentes ao governo. Cumpriu-se exactamente esta lei, tratando-se de um objecto tão grave, como era nem mais nem menos do que o contrato dos caminhos de ferro? Não; e estava a administração na plenitude das suas attribuições, para poder deixar de guardar certas formalidades? Não era preciso sujeitar-se á obrigação que se lhe tinha imposto do concurso? Pois o concurso era uma idéa vaga e indeterminada, ou continha um pensamento ou significação legal e definida? Era um principio abstracto ou concreto?

E se era concreto, como não podia deixar de ser, porque não estamos n'uma sociedade de utopistas, satisfizesse essa condição? Parece que não ha, nem pôde haver na sciencia, nem moral nem physica, edificio que, faltando-lhe a base, não tenha por sua natureza de cair immediatamente, e é este o estado em que estamos com relação ao contrato que se discute.

Se, como é sabido, estes objectos estão definidos pela expressão genuina da jurisprudencia adminis-

trativa, a qual muito expressamente determina que assumptos taes não possam ser determinados senão em regulamentos de administração geral, e se isto mesmo é o que têm escrito todos os mestres da sciencia, pois que é uma definição logica dos principios administrativos, applicados em toda a parte onde ha systema de governo semelhante ao nosso; se alem d'isso, no nosso direito especial, está explicitamente determinado, como se vê dos regulamentos com força de lei de 16 de julho de 1845 e 9 de janeiro de 1850, é natural perguntar-se, se se cumpriam essas formalidades essenciaes; se se ouviu, como se devia ouvir, o conselho d'estado em um objecto de tanta gravidade, e se não era o sr. ministro o primeiro interessado, independentemente da necessidade que lhe impõe a lei, para esclarecer um objecto que não podia deixar de reputar de grave importancia? E foi ouvido opportunamente sobre todos os pontos dados, sobre as questões que hoje se agitam na camara, o respectivo conselho tecnico? E foi de conformidade com elle que o sr. ministro decidiu negocio d'esta importancia? Ha um preceito na theoria social que devemos ter sempre diante dos olhos: é aquelle que nos diz que o bem publico resulta do amor que tem ás leis os monarchas e os cidadãos. Ainda ha pouco a rainha de Inglaterra se congratulou com o seu parlamento, porque no imperio britannico existia não sómente o respeito á autoridade, mas uma observancia cega á lei. Oxalá que nós podessemos dizer o mesmo do nosso paiz; oxalá que este unico fundamento para a florescencia do estado, e para a sua prosperidade, podesse ser annunciado no parlamento portuguez. Infelizmente não é assim, e n'este mesmo caso vemos nós que o ministerio tem por muitas vezes, e n'este caso em especial, infringido as leis, apartando-se das regras que se acham estabelecidas para negocios de tão alta importancia.

Está aqui explicada a razão por que na primeira parte das suas observações, não pôde deixar de instar pela nulidade d'este contrato. Desde o momento em que estava por todos accete o principio do concurso; desde o momento em que esta idéa trazia logo consigo a outra essencia e previa do estudo e exame do negocio; desde que a lei marcava uma certa epocha que se não podia prolongar, e que todas estas cousas tinham faltado em um caso dado, a consequencia legitima era, que não podia por maneira nenhuma progredir, e que tudo quanto se fizesse posteriormente, não tinha mais significação do que estabelecer e edificar sem base.

E n'este caso entende que nem o parlamento tem attribuição para supprir a nulidade do acto, por que o parlamento tem autoridade para fazer leis com caracter geral, mas não pôde de maneira alguma legislar sobre uma especie dada que pertença á lei antiga, e que nunca pôde de maneira nenhuma ser regulada pela lei posterior, porque seria offender não só os principios da generalidade da lei, mas o sancto principio da retroactividade, porque se já estabelecer uma excepção e privilegio, ferindo muitos principios que não podem ser feridos pelo parlamento.

O cahos, a confusão dos poderes seria a consequencia de um procedimento tal, e entende que não pôde estar no espirito da camara, como não está nas suas attribuições, dar um exemplo tal a respeito de um objecto tão grave.

É portanto impossivel em um objecto de tal transcendencia, como este, deixar de seguir os tramites que lhe estão marcados, e esses tramites não podem ser outros senão os que estão marcados dentro dos limites da administração.

São estes os pontos que lhe cumpre demonstrar, e espera faz-lo com a placidez que exige um negocio d'esta natureza. Seguirá para este fim os diferentes artigos do contrato, e terá diante dos olhos a regra que estabeleceu, e que repetirá em occasião opportuna para avivar a memoria da camara.

Porque no contrato Salamanca se estabeleceu a subvenção de 5.400 libras para o caminho do norte, e 4.500 libras para o de leste, levantaram-se louvores ao concessionario e exaltaram-se as vantagens do contrato; elle, orador, não pôde de maneira alguma assentir a estes louvores intempestivamente dados á differença de 100 libras em cada kilometro que estabeleceu o contrato Salamanca sobre o contrato Petto. Já disse e repete, que tanto em objecto de leis, como em objecto de contratos, para se avaliar o seu resultado com relação á sua justiça e conveniencia é preciso tomar as suas disposições e clausulas em todo o seu conjunto. Outra regra, porém, apresentou o sr. ministro das obras publicas quando disse, que tinha tomado da typographia do contrato Salamanca o contrato Petto, concluindo que o contrato Salamanca era não só preferivel ao contrato Petto, mas que era melhor que todos quantos se têm feito. Portanto, se mostrar pelas mesmas armas que o sr. ministro lhe forneceu, e que o contrario do que s. ex.ª disse é o que existe pela combinação de todos os artigos do contrato, terá alcançado aquella victoria gloriosa que um philosopho diz que ha, quando no campo do raciocinio se vaee buscar ao campo dos contrarios as armas para combater os seus proprios argumentos.

O contrato Salamanca dá pela compra de cada kilometro até ao termo onde o recebia, 9.000 libras; o contrato Petto dava 11.000 libras; differença, 2.000 libras.

Depois de fazer a respectiva demonstração o orador conclue, que pelo contrato Salamanca em relação ao contrato Petto, a nação recebe 495.000\$000 réis de prejuizo.

Mas, acrescenta, não basta só ficar n'este ponto, e examinando-se os diferentes artigos do contrato vê-se que elles apresentam em resultado um prejuizo para a nação.

Segundo a cifra official, os 68 kilometros que são entregues ao concessionario custaram 5.171.000\$000 réis; Petto dava por 50 kilometros 550.000\$000 réis; 2.470.000\$000 réis; Salamanca dá não por 50 kilometros, mas por 68, 306.000\$000 libras ou réis 1.377.000\$000; differença por consequencia do contrato Salamanca sobre o contrato Petto, e contra a nação, 1.098.000\$000 réis; e junta esta verba á de 495.000\$000 réis, o prejuizo só n'esta hypothese é de 1.593.000\$000 réis. Ha ainda a contemplar a verba de 162.000\$000 libras correspondente a 18 kilometros que não existiam no tempo do contrato Petto e que agora recebe Salamanca; são 729.000\$000 réis, que juntos a 1.593.000\$000 réis prefaz a cifra de 2.322.000\$000 réis; e eis-aqui pela comparação dos dois contratos, o prejuizo que necessariamente tem de receber a nação do contrato Salamanca sobre o contrato Petto.

Mas alem d'este prejuizo ha a considerar outras condições, especialmente aquella pela qual o concessionario deixa de ser obrigado a estabelecer as duas vias. Este ponto tem sido um dos mais debattidos, e são diferentes as cifras que se têm estabelecido como resultado da dispensa do estabelecimento das duas vias. Entende que qualquer que seja a cifra não faz mudar a questão, e não é preciso procurar a cifra n'um campo tão vago, por que para o caso dado é a cifra apresentada pelo sr. Avila quando se referiu ao officio de 2 de outubro do proprio concessionario, no qual avaliou este beneficio para elle e prejuizo para a nação, em 300.000 libras ou 1.350.000\$000 réis. Estamos nós em circumstancias de conceder este beneficio? Pôde a camara, pôde o governo conceder-lo? É preciso inteiramente fechar os olhos á natureza do contrato. Trata-se de um contrato bilateral e synalagmatico, onde as obrigações de um contratante são necessa-

riamente a consequencia, ou a compensação das obrigações do outro contratante, e desde o momento em que se desobriga a uma das partes de uma clausula onerosa para ella, fica a outra exonerada da correspondente ou equivalente compensação. Não considerar a questão por este modo, é mudar a natureza ao contrato, é transformar em puramente gratuito aquillo que é oneroso, ou antes, é fazer uma doação, e o corpo legislativo não pôde fazer doações. O corpo legislativo pôde approvar leis de pensões, é esse um direito resultante da carta, mas em remuneração de serviços prestados ao paiz e não no caso de um contrato, em que, se ha direito a indemnizações, é o direito civil que deve regular.

Alem de que, estamos nós em circumstancias de fazer doações? Pois quando o povo está ameaçado de mais tributos; quando, ainda não ha muito, foi necessario infringir a fé publica, expoliando os credores do estado da sua propriedade; quando ainda ha pouco se viu um decreto nomeando uma commissão no estrangeiro para pedir esmola para um acto de beneficencia; quando os empregados publicos soffrem cortes nas suas subsistencias absolutas minguem e não correspondendo ás suas diferentes posições; quando estes mesmos côrtes chegam até á lista civil, quando se vê tudo isto, é possível admitir que por este motivo dispenda a nação réis 1.350.000\$000? Seria não sómente offender-se o direito, transtornar-se toda a natureza do contrato, mas, mais de que tudo isto, offenderem-se os principios da igualdade e da humanidade.

Para elle, orador, e para todos aquelles que tiverem lido com attenção este monstruoso contrato, basta o artigo 31.º para se reconhecer que tem seus vicios de menos sincera fé. Este artigo estabelece que por cada kilometro se obriga o concessionario a dar 9.000 libras; sendo 68 kilometros, a somma total é de 612.000 libras. Mas persuade-se a camara que é este o preço que se dá? Da mesma maneira que nos outros artigos, por meio de um artificio bem combinado, se verdade estabelecido sempre uma contraposição á verdade que representam, assim n'este, por uma operação nigromantica, vem um paragraho que diz, que não são 612.000 libras, mas sim 306.000!

E disse o illustre ministro que o concessionario tinha sido generoso, porque o caminho de ferro até a certa epocha fazia de despeza para a nação réis 32.000\$000 em cada mez, despeza que depois das economias feitas pelo illustre ministro tinha descido a 20.000\$000 réis, porque, recebendo elle concessionario o caminho n'este estado, se tinha obrigado a pagar da sua bolsa os 20.000\$000 réis. Já os srs. Avila e Carlos Bento expozeram que não era exacta esta asserção, no que o sr. ministro teve de concordar, porque n'aquella verba entravam outros trabalhos de construção e outras despezas que não entravam verdadeiramente na exploração. E ahí estão os documentos officiaes que derrubam pela base os argumentos do nobre ministro, e que desfazem o louvor de generosidade com que quiz mimosear o concessionario.

Vamos a examinar o que significa essa generosidade.

O artigo 75.º do contrato diz que elle deverá ser approvado pelo poder legislativo, e logo na linha immediata—mas o concessionario poderá comegar os trabalhos e receberá o subsidio desde já. Ou não era necessaria a approvação das cortes, ou era; e se era, como é que immediatamente se lhe deu execução?

Mas qual é a generosidade? Não ha mais do que ver os artigos 39.º e 40.º do contrato para conhecer as vantagens que o concessionario recebe, quando n'aquelle se estabelece a isenção de todos os direitos geraes e municipaes durante vinte annos, e n'este a isenção de todos os direitos de importação de tudo aquillo que for necessario para o caminho de ferro, disposição tão lata que não deveria admitir-se, a par de muitas outras e mui consideraveis vantagens, que se reconheceu ao compararem-se estes artigos com o artigo 23.º, e que não são compensadas da parte do concessionario, pois da parte d'elle nada ha de real.

E não sabe como se possa trazer para argumento de vantagem da parte do concessionario a mudança da largura da via, quando n'esse ponto ainda está de pé a mesma duvida que ao principio se poz (apoia-dos).

Este negocio não podia de certo ser tratado no parlamento. O que o sr. ministro deveria ter feito era mandar fazer o processo aos engenheiros, e depois de ouvida a opinião do conselho das obras publicas a respeito d'esto assumpto de medição e de elle ter mediado, traz-lo ao parlamento, porque desde o momento que appareceram duvidas a tal respeito, só assim podia a camara decidir e ajuizar da conveniencia ou não conveniencia da medição, tomando para ponto de partida esse processo.

Quer-se introduzir no artigo 1.º um § 2.º que diz que o governo é autorisado, logo que a empresa se ache constituída em companhia ou sociedade, que no juizo do governo de segurança completa da execução d'este contrato, a acordar com a mesma empresa nas condições que adiante se mencionam; de maneira que a constituição da companhia não é uma coisa definitiva: não é uma coisa expressa e terminante, e portanto ficamos exactamente na mesma posição. Diz-se: o governo é autorisado quando se constituir a companhia, mas não havendo artigo algum no contrato que obrigue a constituir a companhia, ficamos exactamente no mesmo estado em relação a esta obrigação.

Mas ha mais: o que vê e que se quer dar á lei um caracter convencional, o que ella não pôde de maneira alguma ter: o governo fica autorisado a acordar com a companhia, e a companhia pôde não querer acordar, e então ahí está a prescripção da lei dependente da vontade de um terceiro, e isto não é proprio da dignidade de uma lei.

Pois pôde-se dizer que se approvam as condições quando ellas dependem da vontade do sr. Salamanca, e quando essa vontade não está autenticada pelo documento unico que a pôde autenticar, que é o instrumento publico? Logo está-se tratando de um objecto que não está devidamente organizado. As condições propostas, ainda mesmo que fossem vantajosas, deviam necessariamente reduzir-se a instrumento publico, e não virem authenticadas em cartas nem em officios que não tem significação alguma: era preciso que viessem reduzidas a escriptura publica para terem algum valor.

Mas a companhia não está formada, e poderá affirmar-se isto á vista dos documentos que tem presentes, e que foram remetidos officialmente á camara pelo ministerio. Pois não ha uns estatutos com o titulo pomposo de real companhia dos caminhos de ferro? Não estão estes estatutos approvados por um decreto real? E será verdade que estes estatutos não estão confeccionados em conformidade com as condições do codigo commercial e em termos de direito? Será verdade que elles comprehendem condições que vão necessariamente affectar o credito publico, se porventura poderem ter alguma significação nos termos de direito, ou se o ministerio não tratar immediatamente, pelos meios competentes, de lhe retirar a autorisacão?

Isto é um objecto muito grave, e a prova é que o sr. ministro das obras publicas disse, que tinham vindo diferentes pessoas que tinham visto os estatutos, e que vendo-os, se tinham conformado com elles; mas parece-lhe impossivel, por mais credito que dê ao sr. ministro, acreditar-se que homens como o sr. Miré, vendo uns estatutos de similhante

natureza podessem dizer que estavam por elles, porque era o mesmo que dizer ao concessionario: aqui tendes as nossas bolsas, os nossos dinheiros e os nossos capitais á vossa disposição.

Da maneira como os estatutos se acham confeccionados era melhor que se não tivessem publicados, e infelizmente vê que se apresenta um documento d'esta natureza autorisado por autoridades publicas, e se porventura fossem apresentados nos outros paizes, era objecto de fazer uma triste idéa do modo por que as cousas corriam entre nós.

Depois de analysar os estatutos approvados pelo governo, que entende prejudiciais ao paiz, declara francamente que lhe mette muito medo o contrato, porque as quantias que temos de dar em prazos curtos são avultadissimas, são mais de 12 milhões de cruzados. E poderá o paiz actualmente com estes encargos? Não deveria primeiro ter-se preparado o paiz convenientemente para poder supportar esses novos encargos que necessariamente ha de satisfazer? Meios não os temos. Precisamos recorrer ao credito para todas as obras, e até mesmo para supprir as despezas ordinarias. N'estas circumstancias o uso do credito para novos e tão enormes encargos é muito pernicioso, e não é aconselhado por nenhum economista, nem mesmo por nenhum homem que ligue duas idéas; porque é impossivel achar vantagem em ir levantar capitales por um preço muito avultado e em sobrecarregar a nação com dobras impostos, que é o que terá de acontecer. E regra sabida que o uso exagerado do credito leva á bancarrota; que desde o momento em que se usou do credito de uma maneira tal não se pôde esperar salvação para o paiz. E n'esse caso como podemos confiar no futuro? E como podemos ter esperanças nos rendimentos que nos hão de trazer os caminhos de ferro, quando vemos o que se passa nos outros paizes, e mesmo entre nós n'esse troço de caminho de ferro que está feio? Como podemos sacrificar o presente a uma esperanza tão fallivel? Não pôde ser.

Entende portanto que o contrato não pôde ser approvado, porque pecca na base, visto que o concurso foi essencialmente viciado, porque traz ao paiz a lesão enormissima de mais de 4.000 e tantos contos, porque a penalidade que n'elle se impõe ao concessionario não dá em resultado a indemnisação do paiz a não ter por fim a feitura dos caminhos; e, em uma palavra, porque elle não nos offerece vantagens nenhuma.

Por isso, conclue votando contra o artigo 1.º, que comprehende o contrato, e igualmente contra todos os seus §§, que estão ligados com o mesmo contrato que de maneira nenhuma pôde approvar.

O sr. *Monsinho d'Albuquerque*:—requer que se consulte a camara sobre se julga a materia do artigo e seus §§ exuberantemente discutida.

Consultada a camara, venceu-se affirmativamente. Passou-se a tratar da votação do artigo e §§.

O sr. *Avila*:—como approve o § 1.º do artigo e rejeita o 2.º, requer que se vote separadamente sobre cada um dos §§, e que a votação do 2.º seja nominal.

E approvado o requerimento do sr. Avila.

O sr. *Pinto Coelho*:—requer que haja uma votação sobre cada um dos numeros dos paragrahos.

Não é approvado este requerimento por 85 votos contra 48.

Passando-se a votar primeiro sobre as emendas, não foi approvada a primeira do sr. Coelho do Amaral e outros srs. deputados para que a concessão se limite simplesmente ao caminho de ferro de leste, e não comprehenda o caminho de ferro do norte; e a segunda do sr. Lobo d'Avila foi retirada pelo seu autor.

O sr. *Presidente*:—sobre a mesa ha mais quatro propostas, a primeira do sr. Plácido de Abreu, a segunda do sr. Alarcão, a terceira do sr. Pequeto, e a quarta do sr. José Esteves. As tres primeiras, que são mais requerimentos do que propostas, ficam prejudicadas se o artigo for approvado; a quarta, do sr. José Esteves, não tem logar o votar-se agora sobre ella, porque é uma recommendação ao governo.

O sr. *Pequeto*:—requer que se divida o artigo em duas partes, votando-se primeiro até ás palavras e d'ella faz partes e depois o resto.

O sr. *José Esteves*:—a parte que diz respeito á directriz refere-se a um assumpto secundario, por isso que podemos votar o artigo, salva a ultima parte.

Consultada a camara convenci em que assim se votasse; e passando-se á votação do artigo por partes, foram consecutivamente approvadas.

A segunda parte do artigo é approvada, e são seguidamente approvados o § 1.º e seus respectivos numeros.

Passa-se á votação do § 2.º e seus numeros, tendo logar a votação nominal sobre este §.

Disseram *approvo* os srs. Cancellia, Balduino, Correia de Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Dias de Lacerda, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Barros e Sá, Couto Monteiro, Fontes Pereira de Mello, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Santos Lessa, Antonio de Serpa, Telles de Vasconcellos, Pinto Carneiro, Sousa Azevedo, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Barão das Lages, Freitas Soares, B. F. de Abancheres, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, Conde da Torre, Custodio de Faria, Justino da Costa, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Silva Cunha, Monsinho d'Albuquerque, F. Folque, Pereira Brandão, Bivar, Barroso, Francisco Costa, Costa Lobo, Polido, Paula Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Soares Franco, Posser, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho e Abreu, Palma, Silva Andrade, Mártens Ferrão, Fonseca Coutinho, J. J. de Azevedo, Rebelo Cabral, Sousa Machado, Noronha e Menezes, Mamede, Neutel, Pinto de Magalhães, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, José Esteves, Guilherme Pacheco, Figueiredo de Faria, Feijó, Crispiniano da Fonseca, Sá Vargas, J. M. de Abreu, Casal Ribeiro, Correia de Lacerda (D. José), José Horta, Silveira e Menezes, J. P. A. Nogueira, Justino de Freitas, Aboim, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares, Teixeira de Sampaio, Penetra, Azevedo Pinto, Pinto Martins, Jacome Correia, Menezes Pitta, D. Rodrigo José de Menezes, Moraes Soares, Nogueira Soares, Pinto da França, Thomás de Carvalho, Visconde de Pindella, Mello Gouveia, e Bartholomeu dos Martyres.

Disseram *rejeito* os srs. Affonso Botelho, Moraes Carvalho, Braamcamp, Alves Martins, Azevedo e Cunha, Eleuterio Dias, Ferreira Pontes, Avila, Henriques Secco, Arrobas, Pequeto, Pinto de Albuquerque, Vaz da Fonseca, Aristides, Xavier da Silva, Gareze, Carlos Bento, Pinto Coelho, C. J. Nunes, Rebelo de Carvalho, Faustino da Gama, Frederico de Mello, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Gavião, Blanc (Hermengildo), Gomes de Castro, Castro Portugal, Coelho de Carvalho, Faria Guimarães, Lobo d'Avila, J. A. Maia, Silva Cabral, Sousa Pinto Basto, Alves Chaves, D. José de Alarcão, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Rojo, Rebelo da Silva, Rocha Peixoto, Monteiro Castello Branco, Plácido de Abreu, Charters,



que devem ser collocados entre o artigo 1.º e 2.º do projecto: um relativo ao prazo dentro do qual o concessionario deve terminar os movimentos de terra para o assentamento da segunda via, outro determinando que as larguras dos caminhos hespanhoes; mas não continua a fallar sobre as propostas que tinha a apresentar, por isso que deu a hora, e fica com a palavra reservada para a sessão de amanhã.

O sr. José Estevão:—nota, que as commissões de obras publicas e de fazenda tem de se reunir á noite, e então seria bom que o sr. Avila mandasse para a mesa as propostas que tinha a apresentar a fim de poderem já hoje ser consideradas pelas referidas commissões.

O sr. Avila:—declara, que tem de ir á reunião d'estas commissões, e não terá duvida alguma em lá apresentar as suas propostas, e se as commissões concordarem com ellas, terá n'isso muita honra.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão —Eram quatro horas da tarde.

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Coimbra.—Le-se no *Cominbricense* de 31 do passado o seguinte:

«Na terça feira passada, na audiencia geral d'esta comarca, foi condemnado a quinze annos de trabalhos publicos no ultramar, Antonio José de Campos, vendeiro, do lugar dos Pornos, d'este concelho, pelos crimes de ferimentos graves com arma de fogo, e roubo, praticados em Manuel Pessoa, da Barreira, concelho de Ançã, em logar ermo, com alevosia e premeditação, junto ao logar de Villela, d'este concelho, pela meia noite de 13 de junho de 1858.»

Porto.—Apesar do desastre succedido ao vapor *Lusitania*, escreve o *Commercio do Porto*, cujo certo talvez tenha de ser feito em Inglaterra, não ficará interrompida a carreira entre esta cidade e Lisboa, na qual vae ser empregado, em quanto durar o impedimento d'aquelle barco, o vapor da companhia anglo-luso-brazileira *Visconde de Athouga*, que andava na carreira dos Açores. Amanhã espera-se n'esta cidade este vapor, cuja saída para Lisboa está annunciada para domingo 1.º de abril. Estas viagens são feitas por conta d'aquella companhia.

Braga.—Já demos noticia das louváveis tentativas que se faziam para organizar entre os artistas d'esta cidade uma associação de soccorros-mutuos. N'uma correspondencia dirigida ao *Eco Popular*, em que se trata da reunião que para similhante fim se fez ultimamente no theatro de S. Giraldo d'aquella cidade, lê-se o seguinte:

«Foi numerosa a reunião, e os artistas não manifestaram repugnancia contra a instituição. Ao contrario, houve da sua parte uma animação, que não prometia tanto como o dia de hoje deu em prova. «Discutiram-se e approvaram-se os estatutos, que entre si tinham redigido os srs. Alves Vicente e Torres e Almeida, com os srs. Henrique Freire e Jacome Borges, e outros cavalheiros.

«Um artista seilleiro, da rua dos Chãos, fez um pequeno discurso, que agradeu, não só por mostrar aos reunidos as vantagens que elles devem esperar da instituição, senão ainda por fazer ver, que também em Braga ha artistas que não receiam fallar em publico, pela primeira vez que para isso se lhes offerece occasião.»

—O *Nacional*, do Porto, diz que já voltára de Braga o administrador do 1.º bairro, que constava áquelle jornal foi a ultima cidade conferenciar com a autoridade local, e proceder a diferentes buscas. Parece que em resultado d'esta diligencia se encontraram n'uma casa alguns objectos que podiam ser empregados no fabrico da moeda falsa.

Tambem em consequencia das mesmas pesquisas foram apanhados n'uma outra casa cinco relógios roubados, resto de um grande sortimento d'elles, que a policia debalde tinha procurado. O dono da casa onde se fez a apreensão foi immediatamente preso, e os relógios logo reconhecidos por seu dono.

### ULTRAMAR

India.—Do *Ultramar*, jornal de Margão, de 9 de fevereiro ultimo, extrahimos as seguintes noticias, em continuação das que já publicamos acerca da exposição industrial que acaba de effectuar-se nos estados portuguezes da India:

«Deve ser hoje encerrada a exposição industrial que por 28 dias ficou aberta ao publico no palacio archiepiscopal da cidade de Goa.

«Apesar de ter sido collocada n'um sitio tão retirado foi contudo a exposição visitada por muitas pessoas, que todas saíram d'ali satisfeitas.

«Demos um rapido esboço do que ella continha nos seus primeiros dias: posteriormente foi-se enriquecendo de novos objectos, a ponto de ser preciso preparar mais uma sala para sua collocação.

«O sr. Victor Anastacio Mourão, que foi quem propoz a idea da exposição, se tem esmerado para que o serviço seja o melhor possivel, fazendo uma assistencia continua no palacio: os seus collegas da commissão têm também feito o que podiam para conciliar este encargo com as suas outras occupações.

«O artigo ultimo do programma diz:—A exposição publica de todos os ramos da nossa industria n'este estado será repetida annualmente.

«Se, como é de esperar, em vista d'este artigo for aberta a exposição no anno de 1861, sendo annunciada com a devida anticipação; pelo entusiasmo que observamos em muitas pessoas que concorreram para a actual, temos razão de contar que a seguinte dê incomparavelmente melhores resultados.

«A presente deu logar a serem conhecidos alguns talentos que se achavam occultos no seu modesto tugurio, e varios productos naturaes de cuja existencia e utilidade poucos tinham noticia, já esses productos que deram em vista podem ser explorados em grande escala. Da futura é de esperar melhores fructos.

«Foi nomeado o jury que deve apreciar os objectos expostos e o merito dos expositores: hontem deu ter feito a sua primeira reunião. Em seguida publicamos a cópia da relação dos jurados extrahida do edital affixado á porta do palacio.

Relação dos individuos de que deve compor-se o corpo dos jurados, que na manhã do dia 7 do corrente mez de fevereiro se ha de instalar no palacio da exposição, na velha cidade de Goa, para em concorrência com os illustres membros da commissão central, presidida por s. ex.º sr. Visconde de Torres Novas, governador geral d'este estado, proceder, nos termos do respectivo programma, á devida apreciação dos objectos que figuram na mesma exposição.

Os srs.: Antonio Luiz Moreira, de Margão; Antonio Peixoto Galvão de Mello, de Ribandar; Camillo Ferrão, de Santa Cruz; Constancio do Rosario e Miranda, de Mar-dol; Cosme Damião Pires, de Pangim; Francisco Luiz Gomes, de Pondá; Goindaz Ferreira, de Pangim; Ignacio Francisco da Conceição Rodrigues, de Navelim; Ludovico Xavier Mourão Garcez Palha, de Ribandar;

Mathias João Paiva, de S. Mathias; O Mestre Lacerador, de Pirne; Miguel José Pereira, de Ribandar; Narana Xette, de Cuncolim; Pedro Joaquim Peregrino da Costa, de Pangim; Sasi Xette, de Britonia; Segunanzó, ferreiro, de Pangim; Vitóla Xette, de Panclim.

Palacio da exposição industrial na cidade velha de Goa, 1 de fevereiro de 1860.—O secretario da commissão central, V. A. Mourão.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 30 de março ultimo, e de Paris até 28.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS —Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Francfort, 28 de março.—A assembleia legislativa de Francfort approvou por unanimidade uma proposta que tem por fim encargar o representante de Francfort na Dieta, de pedir a criação de um poder central allemão, com representação do povo. Esta proposta baseia-se na attitudé ameaçadora na França.

Zurich, 28.—Parece que a França propõe que sejam submettidas as estipulações determinadas nos tratados de 1815, relativas ás provincias neutralizadas, a um congresso das potencias que assignaram esse tratado. A Suissa fará também parte do congresso.

O conselho federal recebeu uma nota da França que diz: «que, se a Suissa adoptar medidas militares, a França fará o mesmo.»

O conselho federal mandou retirar os seus protestos contra a occupação das provincias neutras.

### HESPAÑIA

N'este paiz corriam rumores de crise ministerial. A este respeito escreve o seguinte a *Correspondencia de Espana*:

«Facilmente se comprehende que, em quanto não chegar a Madrid o commandante em chefe e presidente do conselho de ministros, todos os boatos que correm relativamente a alteração ministerial são, pelo menos, infundados. Elle é que deve propor as questões politicas que hão de resolver-se, e só depois se fixará a attitudé respectiva dos membros do gabinete, para que sendo informada sua magestade a rainha, se não houver conformidade, possa resolver o que na sua alta sabedoria julgar mais conveniente para os interesses publicos.

«São portanto calculos chimericos os que agora se fazem, e julgamos que em tudo quanto se diz só é certo que um dos ministros tenciona retirar-se da vida publica.

«Todavia não queremos que os nossos leitores fiquem ignorando tudo quanto se diz, ainda que, por em quanto, com pouco ou nenhum fundamento.

A *Discussión* apresenta já uma candidatura completa, que é a seguinte:

Presidente sem pasta.—duque de Tetuão.  
Guerra.—Concha (D. Manuel).  
Reino.—Vega Armijé.  
Fazenda.—Collado.  
Fomento.—Santa Cruz (D. Francisco).  
Estrangeiros.—Salaverria.  
Justiça.—Portilla.  
Marinha.—Mac-Crohon.

O jornal *Las Novedades* expressa-se nos termos seguintes:

«Julgam uns que o general O'Donnell está inclinado a uma modificação radical, ficando só no ministerio o sr. Salaverria. Outros affirmam que a modificação se limitará á retirada do sr. Posada Herrera, apesar de se dizer, por outra parte, que este ultimo de novo se resolverá a ficar no ministerio, encontrando para isto algum apoio em certos ministros que receiam essa retirada, que envolve a de mais alguns membros do ministerio. Também ha quem supponha que o sr. Posada Herrera será substituido, o que significa o contrario da retirada.»

«Ignoramos, acrescenta a *Correspondencia de Espana*, como constou ao jornal *Las Novedades* qual era a opinião do general O'Donnell sobre assumptos que surgiram tão recentemente, nem quem terá informado o mesmo jornal da transigencia ou não transigencia do sr. Posada Herrera, que podemos affiançar, pensa hoje da mesma maneira que pensava ha um mez.»

A versão da *Iberia* é a seguinte:

«A atmosfera politica continua tempestuosa. Dá-se como admittida a demissão do sr. Posada Herrera, porém conservar-se ha no ministerio até que chegue o general O'Donnell, julgando algumas pessoas que este, conservando Salaverria no gabinete, e tomando para si a presidencia, formará um ministerio, de que fará parte, segundo se supõe, algum dos militares que mais se tenha distinguido na Africa. Tal é o boato que se espalhou, e que na verdade tem certo caracter de probabilidade.»

«Segundo o *Pensamiento Español*, é possível que saiam do ministerio os srs. Salaverria, Negrete, e Posada.»

«De todas estas noticias contradictorias, acrescenta a *Correspondencia de Espana*, resulta: 1.º, que todos convêm na permanencia do duque de Tetuão á testa do governo; 2.º, que ninguém sabe o que acontecerá quando elle chegar a Madrid; e 3.º, que cada qual resolve a crise a seu modo, e como não é isto o que ha de acontecer, o publico deve acolher com reserva tudo quanto nos jornaes, passieiros e cafés se inventa para produzir agitação e desasossegado.»

O jornal official hespanhol publica, no seu numero de 29 de março ultimo, as bases preliminares da paz entre a Hespanha e Marrocos, approvadas pela rainha. Essas bases são as seguintes:

Artigo 1.º Sua magestade o rei de Marrocos cede a sua magestade a rainha de Hespanha, para sempre e em pleno dominio e soberania, todo o territorio comprehendido desde o mar, seguindo as alturas de Sierra-Bullones até Anguera.

Art. 2.º Do mesmo modo, sua magestade o rei de Marrocos se obriga a conceder para sempre, na costa do Oceano em Santa Cruz a Pequena, o territorio sufficiente para a formação de um estabelecimento como o que a Hespanha teve ali anteriormente.

Art. 3.º Sua magestade o rei de Marrocos ratificará com a maior brevidade possivel o convenio relativo ás praças de Mellilla, e Penon e Almes-cema, que os plenipotenciarios de Hespanha e Marrocos assignaram em Tetuão, em 24 de agosto do anno proximo de 1859.

Art. 4.º Como justa indemnisação pelas despesas da guerra, sua magestade o rei de Marrocos obriga-se a pagar a sua magestade a rainha de Hespanha a quantia de 20.000.000 de duros. A forma do pagamento d'esta quantia será estipulada no tratado de paz.

Art. 5.º A cidade de Tetuão, com todo o territorio que formava o antigo pachatado do mesmo nome, ficará em poder de sua magestade a rainha, com garantia do cumprimento da obrigação consignada no artigo anterior, até que seja paga a indemnisação da guerra. Apenas esta indemnisação for paga, as tropas hespanholas retirar-se-hão d'essa cidade e territorio.

Art. 6.º Celebrar-se-ha um tratado de commercio

no qual se estipularão a favor de Hespanha todas as vantagens que tenham sido concedidas, ou de futuro se concedam, á nação mais favorecida.

Art. 7.º Para que de futuro se evitem acontecimentos como os que deram motivo á actual guerra, o representante de Hespanha, em Marrocos, poderá residir em Fez, ou onde melhor lhe convenha, para protecção dos interesses hespanhoes e conservação das boas relações entre os dois estados.

Art. 8.º Sua magestade o rei de Marrocos autorisará o estabelecimento, em Fez, de uma casa de missionarios hespanhoes, como a que existe em Tanger.

Art. 9.º Sua magestade a rainha de Hespanha nomeará desde logo dois plenipotenciarios, para que, juntamente com os que forem designados por sua magestade o rei de Marrocos, estabeleçam as condições definitivas de paz. Estes plenipotenciarios reunir-se-hão na cidade de Tetuão, e deverão dar por terminados os seus trabalhos no mais curto espaço de tempo possivel, não excedendo contudo esse prazo a trinta dias. (Seguem-se as assignaturas).

## NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DE LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

ABRIL-1	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	754,15	10,7	96,4	ONO.
3 t.	753,24	12,9	86,8	ENE.

### DIA 31.

Maxima—temperatura.....	14,0 C.
Minima.....	10,2 »
Ozono (de noite).....	6,5 »
Ozono (de dia).....	10,0 »
Chuva (adometro).....	13,8 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	2,4 »
Altura barométrica correcta.....	95,1 metros.
Temperatura á sombra.....	

ABRIL-2	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,95	13,0	84,5	ONO.
3 t.	755,10	14,4	80,0	OSO.

### DIA 1.

Maxima—temperatura.....	13,4 C.
Minima.....	10,1 »
Ozono (de noite).....	10,0 »
Ozono (de dia).....	9,5 »
Chuva (adometro).....	13,8 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	2,4 »
Altura barométrica correcta.....	95,1 metros.
Temperatura á sombra.....	

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 4 de abril de 1860

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Avellorres, patacho hespanhol, de Torre Viega em 30 dias, com sal. Destina-se para Betanzos, e vem arribado.

Victoria, sumaca hespanhola, de Torre Viega em 50 dias, e de Cascaes em 11 horas, com sal. Destina-se para Ponte Vedra, e vem arribada.

Jesus, patacho hespanhol, de Valencia em 29 dias, com vinho. Destina-se para Villa Garcia, e vem arribado.

Joven Jesus, escuna hespanhola, de Cadiz em 14 dias, e de Cascaes em 11 horas, com sal. Destina-se para Gijon, e vem arribada.

Ville de Lisbonne, paquete francez a vapor, de Malaga em 4 dias, de Gibraltar em 3, e de Cadiz em 34 horas, com varias fazendas.

Baptista, hiate portuguez, de Setubal em 19 dias, e de Cascaes em 9 horas, com sal, arroz e encomendas. Destina-se para Villa do Conde, e vem arribado.

Neste dia não saiu embarcação alguma.

### Dia 2

#### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Milford-Haven, paquete portuguez a vapor, capitão J. M. de Oliveira, do Rio de Janeiro em 30 dias, da Bahia em 25, de Pernambuco em 23, de S. Vicente em 9, e da Madeira em 2 e 15 horas, com café e encomendas a P. Mire & Comp.º; 99 pessoas de tripulação, 8 malas e 73 passageiros.

Fafel, patacho portuguez, capitão A. S. Pereira, da ilha de S. Miguel em 14 dias, com cereas a F. Ricca; 13 pessoas de tripulação, 1 mala e 3 passageiros, que são: dr. Antonio Moreira da Camara; Diniz Gago da Camara, negociante; Francisco Jeronimo Mendonça, estudante; portuguezes.

Saudade, galera portugueza, capitão J. C. da Fonseca, do Rio de Janeiro em 63 dias, em lastro, a Charnica & Gonçalves; 24 pessoas de tripulação, 1 mala e 105 passageiros, cujos nomes se mencionam na parte de amanhã.

#### EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Ville de Paris, paquete francez a vapor, capitão A. Mahaud, para Cadiz, Gibraltar e Malaga, com varias fazendas; 24 pessoas de tripulação e 66 passageiros.

Mahomed Said, paquete belga a vapor, capitão M. J. Spantzen, para Cork, com milho e encomendas; 30 pessoas de tripulação.

Maria Camilla, patacho portuguez capitão J. J. Pereira, para Vigo e Nantes, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Neptune, barca ingleza, capitão C. M.º Millen, para Londres, com cortiça e sal; 13 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é T. Walter, construtor inglez.

Bom Jesus do Calvario, cabique portuguez, mestre J. A. Chaves, para Peniche em lastro; 5 pessoas de tripulação.

Estes tres navios foram registados em 31 do mez findo, e saíram hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Milia, brigue prussiano, capitão H. Loyde, para Setubal e Copenhagen, com sal; 11 pessoas de tripulação. Foi registado hontem e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço de Arcos.

Souvenir, brigue inglez, capitão T. Elliot, para Liverpool, com cortiça e mineral; 9 pessoas de tripulação.

Joven Margarida, bateira, mestre J. M. Coelho, para Setubal, com trigo e vazilhame; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 2 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)  
Barra de S. Martinho, do dia 27 de março  
Não entrou embarcação alguma.

Continua o mar agitado na barra, não deixando sair as embarcações.

### Do dia 28

Tempo duvidoso, mar cada vez mais agitado na barra, vento ONO. e NO.  
Não ha outra novidade.

### Do dia 29

Entradas—Cahique do arsenal *Restauração*, mestre João Arsenio Lopes, de Lisboa em 9 dias, de Cascaes em 6 dias, e de Peniche em 24 horas, em lastro.—Bateira *Joven Amelia*, mestre Thomé da Silva, de Lisboa em 8 dias, e de Peniche em 24 horas, com ferro; 6 pessoas da tripulação.

Saídas—Rasca *Adelaide*, mestre José Fernandes da Silva, para Vianna do Castello, com lenha e arroz; 9 pessoas de tripulação.—Bateira *Nova Oliveira*, mestre João de Oliveira Pinho, para Lisboa, com madeira e carvão; 6 pessoas de tripulação.

### Do dia 30

Entrou com custo vindo arribado pelo vento fresco o cabique portuguez *Senhora do Rosario*, mestre Francisco do Rosario, de Ceimbra em 5 dias, com sardinha salgada; 9 pessoas de tripulação. Destina-se para a Figueira.

Vento NO. e NNO. fresco.—Mar agitado que não deixa sair embarcação alguma.

### Do dia 31

Entrou a rasca *Senhora do Pilar*, mestre Silvestre da Silva Marques, de Lisboa em 5 dias, com ferro; 9 pessoas de tripulação.

Saídas—Hiate portuguez *Treze de Maio*, mestre Luiz Gavinho Torres, para Lisboa, com vidros, madeira e lastro; 10 pessoas de tripulação.—Cahique portuguez *Senhora do Rosario*, mestre Francisco do Rosario, com sardinha salgada; 9 pessoas de tripulação.

### Do dia 1 de abril

Mar na barra muitissimo agitado.—Vento O. e ONO.—Não occorreu outra novidade n'este porto. Capitania do porto de S. Martinho, em 1 de abril de 1860.—Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### A SEMANA SANTA

POR S. EMINENCIA O CARDEAL WISEMAN

TRADUZIDO DO INGLEZ POR S. J. RIBEIRO DE SÁ

Esta bella obra, útil e curiosa, particularmente na presente semana, está á venda por 300 réis na rua Augusta, lojas dos srs. Lavado, Pereira, Cubellos, Bordinho, e nas mais do costume.

Contem, entre muitas descrições brilhantes, e noticias historicas:

I—Introdução—Divisão geral—As ceremonias nas suas relações com a arte—Logares em que são celebradas—Capellas Sixtina e Paulina—S. Pedro de Roma.

II—Poesia das ceremonias religiosas—Disposição dramatica—A Paixão—Plano do officio—Canto da Igreja—Lamentações—Improperia—Miserere.

III—Character monumental das ceremonias da Igreja—Recordações dos primeiros seculos—Officios á noite—O christianismo triumphante—Adoração da Cruz—Trisagio—Ceremonias peculiares de Roma.

IV—Influencia da semana santa na moral publica—Perdão das injurias—Idade media—Influencia dos officios religiosos na vida domestica—Devoção da Cruz.

V—Fragmentos do famoso classico portuguez fr. Thomé de Jesus.

## ALMANACK DO EXERCITO

REFERIDO AO 1.º DE JANEIRO DE 1860

COM AS ALTERAÇÕES ATÉ AO DIA 15 DE MARÇO DO MESMO ANNO

Contem as listas dos officiaes e empregados civis do exercito, com as suas condecorações, e as datas dos postos dos officiaes que têm accesso.

Vende-se no escriptorio da *Revista Militar*, travessa do Secretario de Guerra n.º 40, e na loja do sr. Lavado, rua Augusta n.º 8, em Lisboa.

Preço 500 réis.

## MANUAL DO CHRISTIANISMO

4.ª EDIÇÃO 1859

Um rico volume de 700 paginas, enriquecido de seis magnificas gravuras em aço, e mais de 200 vi-nhetas, com o frontispicio colorido e dourado; é o unico LIVRO DE MISSA e SEMANA SANTA aprovado e autorisado pelo primeiro prelado do reino, e como tal o unico tambem que pôde satisfazer a alma piedosa do christão, porque em objectos de doutrina é o prelado o juiz que pôde e deve autorisar o seu uso; o que infelizmente falta nos manuaes e mais livros de orações até hoje usados no nosso paiz.

Damos a nossa approvação ao excellent livro MANUAL DO CHRISTIANISMO, para que possa ser lido por todos os fies, que no patriarchado a fura d'elle se acham sujeitos á nossa jurisdicção e autoridade ordinaria. S. Vicente, 12 de junho de 1858.—M. PATRIARCHA.

Este livro foi enviado a França para d'ali ser devolvido encadernado, e acabam de chegar 1.000 volumes com capas de veludo, marfim e madre perola, ricamente ornados com muita variedade e gosto.

### PREÇOS

Brochado 360 réis.—Encadernado em carneira, com filetes dourados na capa, 480 réis.—Em lindo mosaico dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 840 réis.—Em chagrin francez dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 1.200 réis.

—Em veludo de relevo, com guarnições e lindos fechos de metal dourado ou prateado fino, 2.000 réis.—Dito ricamente guarnecido com emblemas religiosos etc. 3.000 réis.—Em marfim, muito ricos, com fechos de prata, desde 4.500 até 9.000 réis.

—Em madre perola, com baixos relevos ou ricos ornatos e fechos de prata etc., desde 6.750 até 13.500 réis.

Vende-se unicamente no escriptorio do editor Francisco Arthur da Silva, rua dos Douradores n.º 178, 2.º andar, (esquina do largo de Santa Justa).

### ADVERTENCIA ESSENCIAL

Roga-se não se confunda este livro com os de outras edições, por ser este o unico aprovado pelo em.º cardinal patriarcha de Lisboa, o que contem, reunidos n'um volume, tudo quanto é proprio de um bom MANUAL DE MISSA, tudo quanto pertence ao livro propriamente chamado *Horas Marianas*, e todos os officios da semana santa.

## ARCHIVO UNIVERSAL

### REVISTA HEBDOMADARIA